



# TRABALHO SEGURO

REVISTA SINDICAL SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

**EXISTEM  
SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS  
NO SEU LOCAL DE TRABALHO?**

**Página 3**

**FACTOS E NÚMEROS  
DADOS SOBRE  
SINISTRALIDADE LABORAL**

**Página 6**

**CADERNO PRÁTICO:**

**DIREITOS DOS  
TRABALHADORES NA  
SEGURANÇA E SAÚDE  
NO TRABALHO**

**Página 9**



**EDIÇÃO  
ONLINE**

LEIA E FAÇA  
DOWNLOAD  
DA REVISTA EM  
<http://bit.ly/2DeS5ct>



## Índice

## Iniciativas Importantes

UGT debateu o futuro dos inspetores do trabalho a nível Europeu | 2  
Existem substâncias perigosas no seu local de trabalho? | 3

## Temáticas em Destaque

Relembrar os principais marcos de referência da evolução da Segurança e Saúde no Trabalho | 3  
Refletir sobre... Incumprimento do SNS na vigilância da Saúde dos Trabalhadores | 5

## Factos e Números

Dados sobre sinistralidade laboral | 6  
Organização de serviços de SST e Programas de Prevenção | 6

## Iniciativas a Desenvolver

Estudo "O Burnout no setor Financeiro" | 7

## Outros Temas

Consumo nocivo de Álcool debatido no Fórum Nacional de Álcool e Saúde | 8  
Aconteceu... | 8  
Newsletter Internacional Trabalho+Seguro | 9  
Caderno Prático: Direitos dos Trabalhadores na Segurança e Saúde no Trabalho | 9



## FICHA TÉCNICA

Propriedade:  
União Geral de Trabalhadores - NIF 501 093 982

**Conteúdos:** Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da UGT  
**Coordenação:** Vanda Cruz  
**Textos:** Maria Vieira  
**Revisão de Textos:** Maria do Carmo  
**Imagens:** Nuno Lima e Paulo Rocha  
**Grafismo e Paginação:** Renato Nunes  
**Produção:**  
Rua Vitorino Nemésio, nº5 - 1750-306 Lisboa  
tel. 213 931 200 | fax. 213 974 612  
**Correio eletrónico:** geral@ugt.pt  
Periodicidade: Bimensal

Cofinanciado por:



## VANDA CRUZ

Secretária Executiva UGT-Portugal  
Coordenadora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da UGT

## POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No próximo dia 12 de Junho, completam-se 30 anos desde a aprovação, pelo Conselho das Comunidades Europeias, da Diretiva **89/391/CEE, de 12 de Junho de 1989**, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho - «Diretiva-Quadro» que constitui até hoje o grande quadro de referência normativa da política europeia de Segurança e Saúde no Trabalho •

## INICIATIVAS IMPORTANTES:

## UGT DEBATEU O FUTURO DOS INSPETORES DO TRABALHO A NÍVEL EUROPEU



A UGT, representada pela Secretária Executiva, Vanda Cruz, participou numa mesa redonda dedicada aos parceiros sociais no âmbito da campanha europeia, promovida pelo Comité dos Altos Responsáveis das Inspeções do Trabalho (SLIC).

Este comité foi criado em 1995 com o objetivo de aconselhar a Comissão Europeia, a pedido desta ou por sua iniciativa, em todas as questões referentes à aplicação do direito comunitário sobre Segurança e Saúde no Trabalho nos Estados-membros.

A UGT é um dos parceiros que, desde o primeiro momento, participa ativamente neste organismo, por intermédio do Conselho Consultivo da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

O contributo da Central nesta mesa redonda e na campanha especificamente dedicada aos **trabalhadores temporários e trabalhadores transfronteiriços** prendeu-se com as questões que se dedicam ao futuro dos inspetores de trabalho no âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho e da aplicação da legislação comunitária neste campo •

# EXISTEM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS NO SEU LOCAL DE TRABALHO?

**Campanha Locais de Trabalho Saudáveis:  
Gerir substâncias perigosas 2018-2019**  
**Materiais de Informação**

## Ficha Informativa:

**Ferramentas e Orientações práticas relativas a substâncias perigosas no local de trabalho.**

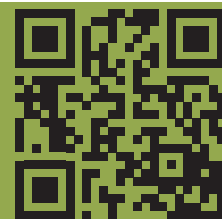
No âmbito da Campanha “Locais de Trabalho Saudáveis: Gerir substâncias perigosas” foi publicada esta ficha informativa que oferece

aconselhamento sobre os instrumentos e as orientações práticas que estão à disposição dos empregadores e dos trabalhadores para os ajudar na gestão dos riscos colocados pelas substâncias perigosas no local de trabalho.

A utilização de ferramentas e orientações já existentes permite poupar tempo, além de oferecer formas

práticas de reduzir a exposição dos trabalhadores a substâncias perigosas.

**Aceda ao Instrumento aqui:**  
[www.bit.ly/2IIVQIA](http://www.bit.ly/2IIVQIA)



Q.R. CODE

## TEMÁTICAS EM DESTAQUE:

# RELEMBRAR OS PRINCIPAIS MARCOS DE REFERÊNCIA DA EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Porque este mês se assinalam 30 anos desde a aprovação Conselho das Comunidades Europeias da Diretiva Quadro, aproveitamos para fazer uma reflexão sobre a evolução da SST no nosso país, percurso esse que se iniciou, como sabemos, pela transposição deste normativo comunitário para o ordenamento jurídico interno.

## **Enquadramento e Evolução da Segurança e Saúde no Trabalho Principais marcos de referência.**

O PAPEL DA OIT - No âmbito das normas criadas pela OIT para a Segurança e Saúde no Trabalho merece especial destaque a Convenção n.º 155 da OIT, relativa à Segurança, à Saúde

dos Trabalhadores e ao Ambiente de Trabalho (ratificada por Portugal através do Decreto – lei n.º 1/85, de 16 de Janeiro).

A importância desta Convenção resulta da sua natureza de documento normativo de enquadramento da Segurança e Saúde do Trabalho, seja no que se refere à definição de uma política pública, seja na definição de uma política de empresa.

Esta Convenção veio estabelecer, em síntese, os seguintes princípios fundamentais:

- Todas as atividades devem dispor de políticas de Segurança e Saúde no Trabalho;

- Os Governos devem, assim, definir políticas nacionais de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Para o desenvolvimento de tais políticas, os Estados devem desenvolver os seguintes sistemas;
- Sistema legislativo de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Sistema de Inspeção das Condições de Trabalho;
- Sistema de sanções a aplicar no âmbito do incumprimento das regras relativas às condições de trabalho;
- Sistema de informação de apoio a trabalhadores e empregadores no âmbito das

condições de trabalho;

- Os Estados devem, ainda, desenvolver a regulamentação e práticas administrativas de controlo nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho;
- Em simultâneo, os Estados devem, ainda, dinamizar a Segurança e Saúde no Trabalho nos seguintes eixos:

**1. Investigação;**

**2. Educação;**

**3. Formação especializada.**

- No plano da ação a desenvolver pelas empresas, a Convenção veio destacar os seguintes domínios:
- Integração da Segurança e Saúde nos processos de seleção dos componentes do trabalho;
- Prevenção dos riscos profissionais associados aos agentes físicos, químicos e biológicos;
- Equipamentos de proteção;
- Cooperação na prevenção das empresas que operem no mesmo local de trabalho;
- Organização da ação de emergência;
- Participação dos trabalhadores (informação, consulta, formação, cooperação e ação dos representantes dos trabalhadores).

**Todas estas premissas vieram revelar-se fundamentais na consagração da formulação da Segurança e Saúde no Trabalho, as quais são, ainda hoje, uma referência obrigatória.**

**A POLÍTICA EUROPEIA** - A Diretiva 89/391 CEE, de 12 de Junho de 1989, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da Segurança e da Saúde dos trabalhadores no trabalho.

- Em 1989, algumas disposições da Diretiva-Quadro revelaram-

se muito inovadoras, nomeadamente:

- O termo «condições de trabalho» foi definido em conformidade com a convenção n.º 155 da Organização Internacional do Trabalho e estabelece uma abordagem moderna, que tem em conta a segurança técnica e a prevenção geral dos problemas de saúde.
- A diretiva visa estabelecer um nível de segurança e saúde igual, que beneficie todos os trabalhadores (com exceção dos empregados domésticos e determinados serviços públicos ou militares).
- A diretiva obriga as entidades patronais a tomarem medidas de prevenção adequadas que melhorem a Saúde e a Segurança no Trabalho.
- Uma das principais inovações que a diretiva introduziu foi o princípio da avaliação dos riscos e a definição dos seus principais elementos (por exemplo, identificação dos perigos, participação dos trabalhadores, introdução de medidas adequadas com a prioridade de eliminar os riscos na origem, documentação e reavaliação periódica dos perigos existentes no local de trabalho).

Esta Diretiva veio assumir-se como a responsável pela introdução de novos valores que se revelaram o ponto de viragem na evolução da Segurança e Saúde no Trabalho. Sob a égide dos princípios estruturantes nela contidos, foram publicadas várias diretivas de prescrições mínimas nos mais variados domínios, abrangendo todos os trabalhadores em todos os setores de atividade.

A legislação nacional, necessariamente, que acompanhou esta evolução.

**A NÍVEL NACIONAL** - O Acordo Económico e Social de 1990, subscrito por todos os Parceiros Sociais, em Julho de 1991, impôs o desenvolvimento da ação no domínio da dinamização da melhoria das condições de Segurança, Higiene e Saúde nos locais de trabalho, pelo reforço da capacidade técnica da Administração do Trabalho.

Como consequência deste Acordo, em 1991, é aprovado um documento histórico no domínio das condições de trabalho em Portugal: O Acordo de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, onde são acordadas as bases do que viria a ser a Lei-Quadro da Segurança e Saúde no Trabalho em Portugal.

Nos termos deste Acordo, o Governo e os Parceiros Sociais consideraram como objetivo nuclear “promover a humanização das condições em que o trabalho é prestado e a proteção social, de forma a contribuir para melhorar progressivamente e de forma sustentada as condições de vida dos portugueses, num quadro de desenvolvimento da competitividade das empresas, finalidades económico-sociais que se compatibilizem com a modernização da economia nacional”.

Este Acordo tinha um vasto alcance, pois abrangia medidas nos domínios da prevenção, da reparação e da reabilitação e, por esse motivo revelou-se um marco importante, assente em 4 linhas de ação:

- Desenvolver o conhecimento sobre os riscos profissionais e as técnicas de prevenção;
- Formar e qualificar para a prevenção de riscos;
- Desenvolver as condições em que o trabalho é prestado para melhorar a qualidade de vida nos locais de trabalho e a competitividade das empresas;
- Organizar a prevenção e assegurar a vigilância da saúde nos locais de trabalho.

Assim, será apenas nesse ano que, com o **Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro**, se faz a transposição da Diretiva - Quadro para Portugal.

Este diploma conferiu um novo enquadramento social e organizacional à SST e permitiu a construção de todo o “edifício” contemporâneo da SST em Portugal.

É em torno do acervo de princípios contidos no **Decreto-Lei n.º 441/91** que o ordenamento jurídico nacional se articula em matéria de SST, sendo que foram pela primeira vez estipuladas as obrigações da entidade patronal em matéria de promoção das condições de Segurança e Saúde no Trabalho, prevista a informação, consulta e formação dos trabalhadores, bem como a eleição nas empresas dos seus representantes para a SST.

**A ATUALIDADE** - O Código de Trabalho de 2009, através do seu artigo 284º, legislou sobre a elaboração de um novo regime jurídico da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho e de um novo regime jurídico de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Esses regimes jurídicos foram regulamentados através da **Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro** e da **Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro**, respetivamente. A **Lei n.º 102/2009** veio substituir o **Decreto-Lei n.º 441/91** e constituir-se como o novo referencial para a SST em Portugal, até porque congrega num só documento toda a legislação que até à data estava dispersa.

A **Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro**, procedeu à segunda alteração à **Lei**

**n.º 102/2009, de 10 de Setembro**, que aprovou o regime jurídico da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

Uma das alterações mais relevantes ocorreu em matéria de consulta dos representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde, para efeitos de emissão de parecer, designadamente no que diz respeito à periodicidade do cumprimento desta obrigação a cargo do empregador, a qual deixou de ser realizada duas vezes por ano, para ser uma consulta anual.

A **Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2015** veio publicar a “Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015 – 2020 – Por um Trabalho Saudável e Produtivo”, instrumento que veicula a política nacional em matéria de prevenção de riscos profissionais até 2020 •

## REFLETIR SOBRE...

# Incumprimento do SNS na vigilância da Saúde dos Trabalhadores

**N**ão podemos deixar de aproveitar esta oportunidade, em que se assinalam 30 anos da aprovação da **Diretiva 89/391/CEE**, para enfatizarmos uma matéria que reiteramos como inaceitável, que é precisamente a transposição do artigo 14.º – Controlo da Saúde – da referida Diretiva, o qual para um melhor entendimento, passamos a assinalar:

1. Serão tomadas medidas destinadas a assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos para a sua Segurança e Saúde no local de trabalho, de acordo com as legislações e/ou práticas nacionais;
2. As medidas referidas no número anterior serão de molde a

permitir que, caso o deseje, cada trabalhador possa submeter-se a um controlo de saúde a intervalos regulares;

3. O controlo de saúde pode estar incluído num sistema nacional de saúde.

Tal articulado encontra-se, pois, parcialmente aplicado no nosso país, fundamentando-se esta afirmação no persistente incumprimento do Serviço Nacional de Saúde relativamente às obrigações que lhes estão cometidas na promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores, matéria que se encontra plasmada no **artigo 76.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro**, com as alterações conferidas pela **Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro**, que transpõe

para o ordenamento jurídico a Diretiva Quadro.

A previsão que consta do número 1 do artigo mencionado de que a “promoção e vigilância da saúde podem ser asseguradas através das unidades do SNS, de acordo com legislação específica aprovada pelo ministério responsável pela área da saúde...” não definiu prazo para a sua elaboração, posto que sabemos que esta deveria existir desde a entrada em vigor do **Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro**.

Com efeito, afigura-se imprescindível que esta matéria seja cumprida, já que volvidos tantos anos, continuamos à espera do referido



Plano de Adaptação do SNS, situação que evidencia o incumprimento da legislação nesta matéria e de incumprimento de um dos direitos básicos dos trabalhadores – a proteção e a vigilância da saúde de um vasto conjunto de trabalhadores.

Acrescentamos, porém, que em 2014, pela primeira vez, se registou uma tentativa de regulamentar a saúde do trabalho através do SNS, prevista na **Portaria n.º 112/2014, de 23 de Maio**, que veio regular a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos agrupamentos de centros de saúde (ACES) - ensaio esse, que se mostrou totalmente

inadequado para garantir a qualidade dos cuidados de saúde prestados a estes grupos de trabalhadores, tendo sido posteriormente revogada pela **Portaria n.º 121/2016, de 4 de Maio**.

Esta Portaria veio indicar como justificação para a revogação, o facto das consultas de vigilância da saúde no trabalho efetuadas no SNS não poderem ser asseguradas por especialistas de medicina geral e familiar, por se tratarem de funções específicas da especialidade de medicina do trabalho, para as quais aqueles profissionais não se encontram devidamente habilitados.

Gostaríamos de sublinhar que

com a revogação da **Portaria n.º 112/2014** não foi estabelecido um regime substitutivo que garanta a estes trabalhadores e trabalhadoras condições de vigilância da saúde equiparadas aos trabalhadores das restantes organizações.

Efetivamente, com esta revogação, por mais justificada que ela seja, persiste o vazio regulamentar do **artigo 76.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro**, na redação que lhe foi conferida pela **Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro**.

**Maria Vieira**

Socióloga/ Departamento de SST da UGT  
Técnica Superior de SST

## FACTOS E NÚMEROS:

### ATUALIZAÇÃO DE DADOS SOBRE SINISTRALIDADE LABORAL

Segundo os dados publicados no site da ACT, ocorreram em Portugal, entre Janeiro e Maio de 2019, **31 acidentes de trabalho mortais e 72 acidentes de trabalho graves**.

Tipo de acidente	Acidentes Mortais	Acidentes Graves
	2019	2019
<b>Nas instalações</b>	26	70
<b>In itinere</b>	1	1
<b>Em viagem, transporte ou circulação</b>	4	1
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>72</b>

Fonte: ACT (Informação atualizada a 31 de Maio de 2019)

**Aceda a esta informação:**  
[www.bit.ly/2QKxu5u](http://www.bit.ly/2QKxu5u)

Q.R. CODE

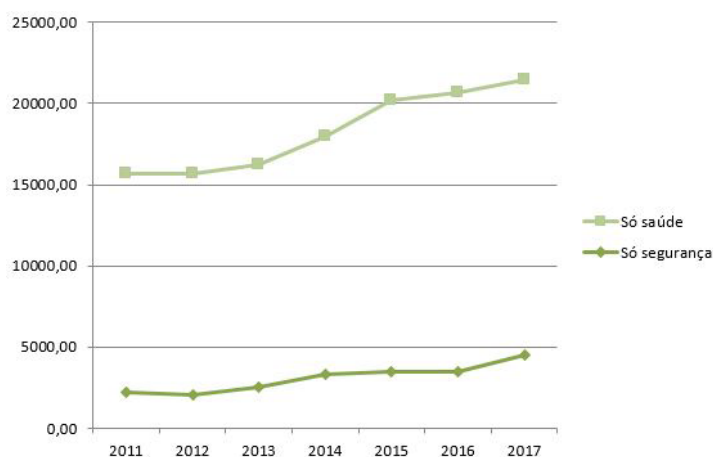


*Nota: As estatísticas sobre acidentes de trabalho, aqui apresentadas, referem-se apenas aos acidentes de trabalho que são objeto de ação inspetiva no âmbito da atuação da ACT.*

### ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SST E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO

Porque se assinalam 30 anos da aprovação da Diretiva-Quadro relembramos que este normativo comunitário veio incluir os princípios gerais relativos à prevenção dos riscos profissionais e à proteção da Segurança e da Saúde, à eliminação dos fatores de risco, à informação, à consulta, à participação, à formação dos trabalhadores e seus representantes, assim como linhas gerais para a aplicação dos referidos princípios.

Assim sendo, encontram-se abaixo três gráficos que demonstraram a evolução da organização de serviços de SST, bem como os estabelecimentos com programas de intervenção que concretizam atividades na promoção da saúde e na prevenção de riscos profissionais.

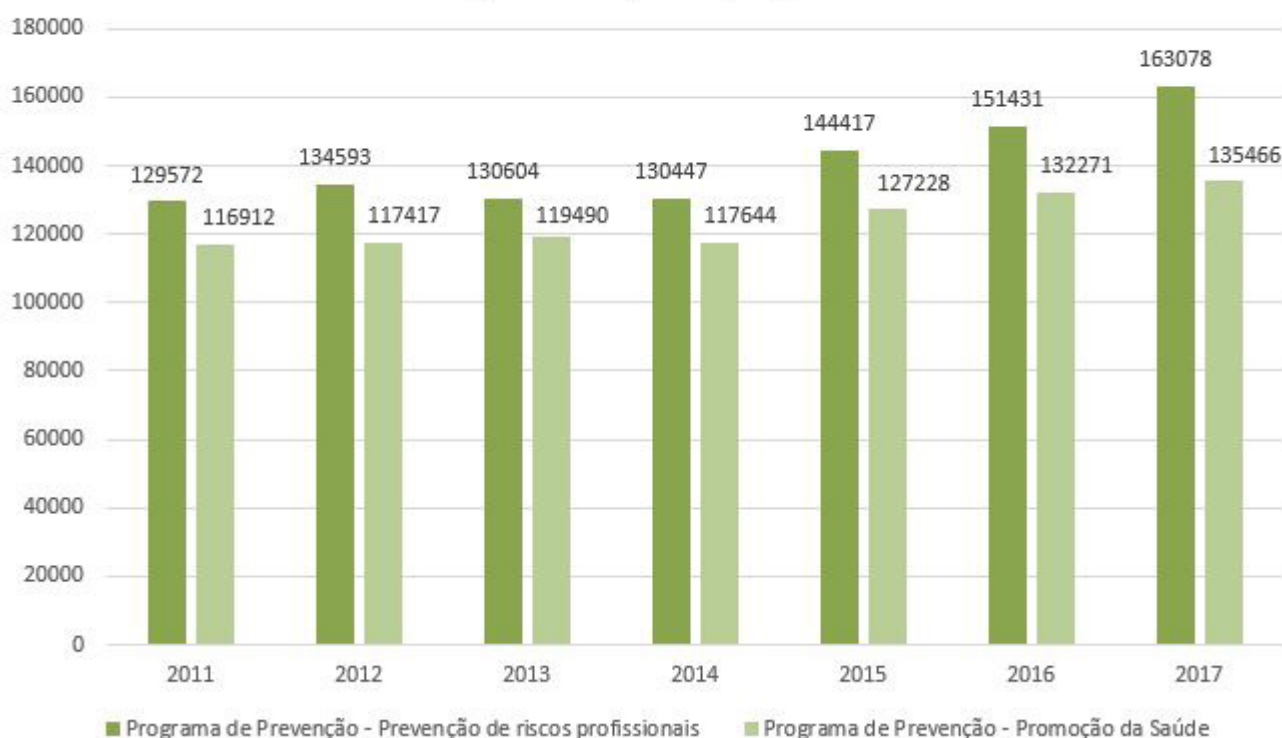


Fonte: GEP ( [www.bit.ly/2WiKrEG](http://www.bit.ly/2WiKrEG) )

No que respeita à Organização dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho verifica-se que, desde 2011, a valência da saúde tem sido aquela que tem manifestado um Maior crescimento, principalmente no ano de 2014, 2015

e 2017. A valência da segurança tem mantido uma tendência de crescimento constante, registando um crescimento Maior de 2016 para 2017.

Número de unidades locais que realizaram Programas de Prevenção, segundo o tipo de programa



Fonte: GEP ( [www.bit.ly/2WIKrEG](http://www.bit.ly/2WIKrEG) )

Relativamente à atividade dos serviços salienta-se o aumento do número de unidades locais que realizaram programas de prevenção e de promoção e vigilância da saúde •

*Nota: Estabelecimento/Unidade local - Entende-se por estabelecimento (unidade local) a empresa ou parte dela (fábrica, oficina, mina, armazém,*

*loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa. O número de estabelecimentos inclui sempre a sede da empresa.*

## INICIATIVAS A DESENVOLVER:

### ESTUDO:

## “O BURNOUT NO SETOR FINANCEIRO”

**A**s mudanças significativas que têm ocorrido na cultura organizacional das empresas portuguesas, nas últimas décadas, têm resultado na identificação de riscos ocorridos no campo do bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras conduzindo, além de riscos físicos, químicos e biológicos,

ao agravamento de riscos de origem psicossocial.

As recentes estatísticas demonstram que, em Portugal, o setor financeiro é um dos mais atingidos por problemas do foro psicológico, sendo ainda os bancários os trabalhadores

com menos qualidade de vida familiar e de lazer.

Neste sentido, a UGT propõem-se realizar um estudo de caráter científico subordinado ao tema do Burnout no setor financeiro, de modo a aferir quais as causas e consequências deste flagelo para a vida dos trabalhadores e

trabalhadoras, bem como definir estratégias de combate às mesmas.

Com este produto, pretende a Central munir-se de instrumentos que visem o desenvolvimento de medidas

com vista proteger a saúde destes trabalhadores, dotando movimento sindical de knowhow para definir estratégias de defesa de trabalhadores em risco, nomeadamente ao nível da definição de boas práticas negociais •

## PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS:

# CONSUMO NOCIVO DE ÁLCOOL DEBATIDO NO FÓRUM NACIONAL ÁLCOOL E SAÚDE

**D**ecorreu no passado dia 11 de Abril, em Loures, a reunião ordinária do Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS). O FNAS é uma plataforma em que um conjunto alargado de entidades aderem a uma carta de compromisso, que concorre para conjunto de objetivos com base nas metas do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências.

Sublinhamos que o FNAS foi criado no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool e

assume-se atualmente como um dos instrumentos do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências. À semelhança do que acontece a nível europeu, este Fórum apresenta-se, fundamentalmente, como um espaço aberto de discussão onde são debatidos, pelos vários interessados, os aspetos relacionados com a abordagem a esta matéria constituindo-se, assim, como uma plataforma de entendimento alargada facilitadora de um compromisso entre os vários atores empenhados em reduzir os danos causados pelo consumo nocivo de álcool.

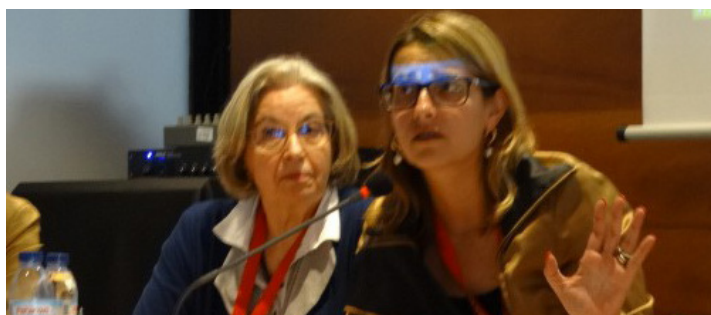
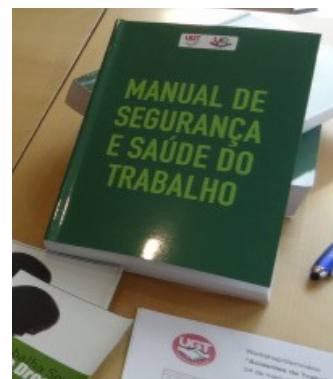
AUGT é membro fundador do FNAS e foi nesta qualidade que estivemos presentes nesta reunião anual.

Ao longo do dia, foram debatidos temas pertinentes como o “álcool na estrada”, tendo sido ainda feito um ponto da situação relativamente ao consumo de álcool em Portugal e na Europa e realizado um ponto da situação do FNAS relativamente aos seus membros, ações e metodologias •

## ACONTECEU:

**A**UGT Castelo Branco promoveu no dia 24 de Maio um workshop / seminário sobre Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, que decorreu na Biblioteca Municipal de Castelo Branco.

Nesta iniciativa, a UGT fez-se representar pela Secretária Executiva, responsável pelo pelouro da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), Vanda Cruz, e na sessão de encerramento pelo Secretário-geral Adjunto, Sérgio Monte que, na sua intervenção, destacou a importância da Concertação Social e o papel da central sindical na implementação das políticas de SST •





## PUBLICAÇÕES:

# PUBLICAÇÕES SOBRE PREVENÇÃO DE RISCOS PROFISSIONAIS EM DESTAQUE...

Já conhece a nossa **Newsletter Internacional Trabalho + Seguro**?

A área da Segurança e Saúde no Trabalho reveste um carácter internacional extremamente rico, ou seja, é um campo em que estão permanentemente a surgir novas orientações, atualizações técnicas, legislação e recomendações, estudos, dados estatísticos, bem como instrumentos de informação e sensibilização provenientes de várias fontes, considerando que fazemos parte da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), do Instituto Sindical Europeu (ETUI), da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, do Comité do Luxemburgo.

Importa, igualmente, evidenciar boas práticas apresentadas por outras estruturas sindicais filiadas na CES.

Esta é, pois, a missão desta mais recente publicação do Departamento de Segurança e Saúde da UGT.

**Newsletter Internacional – 1.º edição**  
[www.ugt.bmeurl.co/8BC3102](http://www.ugt.bmeurl.co/8BC3102)

**Newsletter Internacional – 2.º edição**  
[www.ugt.bmeurl.co/8BDEC52](http://www.ugt.bmeurl.co/8BDEC52)

## CADERNO PRÁTICO:

# DIREITOS DOS TRABALHADORES NA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

**S**ublinhamos que o direito à participação dos trabalhadores e trabalhadoras e dos seus representantes no domínio da **Segurança e Saúde no Trabalho** assenta, num conjunto de direitos específicos, todos interligados à **Prevenção de Riscos** nos locais de trabalho, tendo sido previstos na Diretiva – Quadro e posteriormente transpostos para a legislação nacional.

Podemos referir que a participação dos trabalhadores e trabalhadoras nos domínios da Segurança e da Saúde no Trabalho é exercida através dos seguintes direitos:

- Direito à vigilância da saúde;
- Direito de representação;
- Direito à formação;
- Direito à informação;
- Direito à consulta e proposta;
- Direito a solicitar a intervenção das autoridades responsáveis pela inspeção e o direito à vigilância da saúde.

### Direito à Informação

O trabalhador tem direito a dispor de informação adequada e atualizada sobre as seguintes matérias:

- Os riscos para a Segurança e Saúde inerentes à atividade desenvolvida;
- As medidas de prevenção e proteção existentes, relativas ao posto de trabalho ou função e, em geral, à empresa, estabelecimento ou serviço, e a forma como se aplicam;
- As medidas e instruções a adotar em caso de perigo grave e eminente;
- As medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores em caso de sinistro, bem como a informação sobre quem é encarregado de as colocar em prática.

**Artigo 19.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro com as alterações conferidas pela Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.**

### Direito à Formação

O trabalhador deve receber uma formação adequada no domínio da SST, tendo em atenção o posto de trabalho que ocupa e o exercício de atividades de risco elevado, sendo esta formação assegurada pela entidade patronal.

A formação em SST deve ser assegurada aos

trabalhadores, de modo a que não resulte qualquer prejuízo, material ou outro, para os mesmos.

A entidade empregadora deve, ainda, formar em número suficiente tendo em conta a dimensão da empresa e os riscos existentes, os trabalhadores responsáveis pela aplicação das medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores.

Os trabalhadores com funções específicas nos domínios da SST devem ter acesso a formação permanente para o exercício das respetivas funções, sendo que o tempo de formação conta como tempo efetivo de trabalho.

**Artigo 20.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro com as alterações conferidas pela Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.**

### Direito à Consulta

O empregador deve consultar por escrito, pelo menos uma vez por ano, previamente e em tempo útil, os representantes dos trabalhadores ou, na sua falta, os próprios trabalhadores.

Esta consulta visa a obtenção de um parecer por parte dos trabalhadores ou dos representantes dos trabalhadores.

Os trabalhadores e seus representantes devem ser consultados sobre as seguintes matérias:

- A avaliação dos riscos para a SST, incluindo os respeitantes aos grupos de trabalhadores sujeitos a riscos especiais;
- As medidas de SST antes de serem adotadas ou, logo que possível, se forem de aplicação urgente;
- As medidas que, pelo seu impacto nas tecnologias e funções, tenham efeitos a nível de SST;
- O programa e a organização da formação no domínio da Segurança e Saúde no Trabalho;
- A designação do representante do empregador que acompanha a atividade do serviço de SST;
- A designação e exoneração dos trabalhadores que desempenham funções específicas nos domínios das atividades de organização da SST;
- A designação dos trabalhadores encarregados de colocar em prática as medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e da evacuação dos trabalhadores, a respetiva formação e material disponível.

**Artigo 18.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro com as alterações conferidas pela Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.**

### Direito de Proposta

Sem prejuízo do direito à consulta e decorrendo deste,

assiste aos trabalhadores e os seus representantes o direito de poderem formular propostas que visem a eliminação ou a redução dos riscos profissionais.

Assim, após o processo de consulta assiste o direito aos trabalhadores e seus representantes de emitirem as propostas que considerarem necessárias tendo em vista a eliminação e minimização dos riscos profissionais.

**Artigo 18.º, n.º 7, da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro com as alterações conferidas pela Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.**

### Direito à Interrupção do Trabalho

Aos trabalhadores é, ainda, conferido o direito de interromper o trabalho e se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou de tomarem outras medidas para a sua segurança e de terceiros no caso de alguma situação de perigo grave e iminente, que não possa ser evitada, colocar em risco a sua integridade física.

**Artigo 17.º, n.º1 e n.º2, da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro com as alterações conferidas pela Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.**

### Direito à Representação

Os trabalhadores têm o direito a eleger Representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho. Os Representantes para a SST são eleitos pelos trabalhadores por voto direto e secreto. O representante dos trabalhadores é, pois, o trabalhador eleito nos termos da Lei para defender os direitos dos trabalhadores nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho.

Não é um técnico, mas um trabalhador devidamente legitimado pelo processo eleitoral, mandatado por um período de 3 anos para exigir e defender os direitos dos trabalhadores no que se refere à Segurança e Saúde nos locais de trabalho.

Compete exigir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho.

**Artigo 21.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro com as alterações conferidas pela Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.**

### Direito a solicitar a intervenção das autoridades responsáveis pela inspeção

Os Representantes dos Trabalhadores para a SST ou na sua falta os trabalhadores têm o direito de solicitar a

intervenção da ACT ou de outra autoridade competente se as medidas adotadas e os meios fornecidos pela entidade patronal forem insuficientes para assegurar as adequadas condições de Segurança e Saúde no Trabalho.

Artigo 14.º, n.º4 e n.º5, da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro com as alterações conferidas pela Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.

## Direito à Vigilância da Saúde

O trabalhador tem o direito à vigilância da saúde, devendo o empregador promover a realização de exames

de saúde adequados a comprovar e avaliar a aptidão física e psíquica dos trabalhadores para o exercício da atividade, bem como a repercussão desta e das condições em que é prestada na sua saúde.

Em contrapartida, é dever do trabalhador, comparecer às consultas e exames médicos solicitados pelo médico do trabalho.

Artigo 44.º e Artigo n.º 108.º, da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro com as alterações conferidas pela Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro.

# SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO:

## UM DIREITO FUNDAMENTAL...

## PREVENIR HOJE É

# INVESTIR NO FUTURO!



UMA PUBLICAÇÃO DO  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA  
E SAÚDE NO TRABALHO DA UGT

Para mais informações, consulta de guias, campanhas e dados estatísticos sobre Segurança e Saúde no Trabalho pode consultar:

**website.** [www.ugt.pt](http://www.ugt.pt)

**website HIV-SIDA.** [www.ugt.pt/hiv-sida](http://www.ugt.pt/hiv-sida)

**blog.** [www.sst-ugt.blogspot.com](http://www.sst-ugt.blogspot.com)





# TRABALHO+SEGURO

REVISTA SINDICAL SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO



2019© UGT - UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

TRABALHO+SEGURO - Publicação do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da UGT-Portugal  
Coordenação: Vanda Cruz | email. geral@ugt.pt | tel. 213 931 200 | fax. 213 974 612

